



DEZ ANOS DA LEI DE COTAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: desafios e potencialidades

André Luiz Pestana Carneiro ¹
Prof.^a. Dra. Maria Angélica Pedra Minhoto²
Prof.^a. Dra. Aparecida Luzia Alzira Zuin ³

RESUMO

As ações afirmativas são consideradas ações de incentivo e fomento para determinados grupos minoritários que de alguma forma venha a garantir o acesso e a igualdade de oportunidades nas pautas de governo e políticas públicas. Este estudo, de cunho bibliográfico, documental e qualitativo, tem por objetivo geral apresentar e problematizar as lacunas existentes na Lei de Cotas (Lei nº. 12.711/2012) que completam dez anos de vigência nas universidades federais. A análise epistemológica da política pública se deu através do método do Ciclo de Políticas proposto por Ball (2011), na qual se analisou o contexto político de ataque e fragmentação da política pública no atual governo, se utilizando de referencial teórico específico das ações afirmativas e estudos base de Oliven (2009), Sowell (2016), Feres Júnior e Daflon (2014), assim como a pesquisa de Carvalho (2019), que analisou a produção bibliográfica das ações afirmativas no Brasil no período de 2000 a 2015, assim como autores que discutem equidade e ações afirmativas na ótica dos direitos humanos, educação e políticas públicas, a exemplo de Piovesan (2010). Como resultados primários da pesquisa, verificou-se que as lacunas existentes na legislação como a ausência de obrigatoriedade do procedimento de heteroidentificação, a ausência de observatórios de avaliação e acompanhamento da política de cotas nas universidades são vulnerabilidades que minimizam o alcance da política aos seus reais beneficiários. No entanto, a autonomia administrativa das universidades permite que diferentes modos de implantação sejam executados, o que potencializa os resultados das cotas com a realização de procedimentos de heteroidentificação, diferentes ações de assistência estudantil, constantes avaliações em observatórios de pesquisa e em unidades administrativas da própria universidade. Como qualquer política pública, o sistema de cotas necessita de constantes avaliações de modo a identificar suas falhas e estudos técnicos de modo a aperfeiçoá-las, corrigi-las, e, por fim prestar contas à sociedade.

Palavras-chave: Lei de Cotas, Ações afirmativas, Políticas públicas, Avaliação.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, andre.pestana@unifesp.br;

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, mminhoto@unifesp.br

³ Professora orientadora: Pós-Doutora em Direito pela UERJ e em Estudos Culturais pela UFRJ, Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, profalazuin@unir.br